



O PAPEL DA MULHER

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - ANO I - Nº 3 - AGOSTO/SETEMBRO - 2001

Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Outras Formas de Intolerância

Entre 31 de agosto e 07 de setembro de 2001 ocorreu, na cidade de Durban, na África do Sul, a “Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Outras Formas de Intolerância”. O principal objetivo do Encontro foi discutir os males que afetam a humanidade desde tempos imemoriais, definindo um Plano de Ação e uma Declaração de

Intenções para combatê-los.

Neste Encarte apresentamos a visão de 4 Conselheiras do CNDM que estiveram na África do Sul acompanhando de perto os debates de interesse das mulheres.

No documento final da Conferência de Durban foram aprovados alguns itens como:

- o reconhecimento de que a escravidão e o tráfico de escravos são crimes contra a humanidade

- a constatação de que as injustiças históricas contribuíram para a pobreza e o subdesenvolvimento.

- a Conferência reconhece e lamenta o sofrimento causado pela escravidão, o tráfico escravo, o apartheid, o colonialismo e o genocídio

- exorta aos Estados que restaure a dignidade de suas vítimas tomando medidas apropriadas para reverter as consequências.

Foto: Jaciara Aires (Fundação Palmares)





Trabalho não falta

*Wânia Sant'Anna

No que diz respeito aos interesses da comunidade afro-descendente, ao chegarmos a Durban havia uma certa tranqüilidade reinante sobre algumas de suas já asseguradas conquistas. Na última sessão de trabalho preparatória da Conferência (3º Prepcon) havíamos assegurado, por exemplo, uma sessão de parágrafos contendo referências explícitas sobre medidas a serem tomadas para a satisfação de alguns dos seus interesses.

No entanto, tínhamos ainda uma Conferência a ser assegurada. Ou seja, cabia-nos a tarefa de aprovar o que, até então, havíamos identificado como necessidades e medidas a serem tomadas. Isto não era pouco. Na verdade, era tudo. Entre ter algo em mãos e assegurar-lhes a manutenção, havia a necessidade de avançar nos detalhes sobre como também ampliar esta base mínima. Foi a isto que nos dedicamos. Como representante do CNDM, integrando a delegação oficial brasileira, dediquei meu trabalho na III Conferência a fazer isto.

Em uma divisão de trabalho, fertilmente acordada entre nós, acompanhei os trabalhos de elaboração do Plano de Ação de Durban, sob o acompanhamento incansável do Ministro Tadeu Valadares – Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores. Nesta missão estiveram envolvidos vários outros delegados que merecem, sem detrimento de outras participações igualmente comprometidas, ser citados. Estavam lá, atentos, profissionais do IPEA, representantes do Ministério Público, parlamentares, membros do Comitê Nacional, e Organizações representantes da sociedade civil que acompanharam atentamente a organização da III Conferência. Enfim, algo bastante significativo dos acontecimentos que, agora, devem ser inscritos em nossa história, a história da população afro-descen-

dente na luta por cidadania.

Acompanhando a elaboração do Plano de Ação, o CNDM pode orgulhar-se de ter contribuído em parágrafos com os seguintes conteúdos:

Saúde

No atendimento à saúde da população afro-descendente deve-se ir mais além daquelas medidas de competência dos serviços básicos de saúde. Deve-se estabelecer programas nacionais que eliminem disparidades no acesso a serviços aplicáveis, por exemplos, as ações de redução dos índices de mortalidade materna e infantil e tratamento de doenças do coração, doenças contagiosas e aquelas decorrentes da contaminação pelo vírus HIV.

Legislação

Consonantes com os esforços efetivos de combate ao racismo, recomenda-se, a todos os Estados Membros, a elaboração de legislação e outros instrumentos específicos, incluindo o estabelecimento de mecanismos institucionais, independentes, para este fim.

Qualidade de Vida e Meio Ambiente

Assegurar medidas que promovam às comunidades vítimas da discriminação racial um local ambientalmente seguro provendo-lhes: acesso a informações públicas sobre questões relacionadas a saúde e meio ambiente; habilidade para tomada de decisões nessas questões; acesso à tecnologia necessária a melhoria de sua saúde e meio ambiente e adoção de medidas apropriadas ao

re-desenvolvimento e re-alocação, quando necessária, mediante consulta a esses grupos.

Elaboração

de Indicadores

e Ações de

Monitoramento

Os Estados Membros devem, com urgência, coletar analisar e tornar publicamente disponíveis estatísticas nacionais e locais que digam respeito às populações afetadas pelo racismo, discriminação racial. Essas informações devem ser coletadas com o objetivo de monitorar a situação desses grupos marginalizados e, igualmente, avaliar o quanto as medidas legislativas, políticas e outras de combate ao racismo têm sido eficazes em seus objetivos. Os processos de elaboração das investigações, coleta e uso de informações devem contar com estratégias de participação desses grupos. Todas as informações devem ser obtidas em base voluntária, garantindo que a sua utilização estejam sujeitas as regras de privacidade da informação nos casos nacionais aplicáveis. Finalmente, os programas e políticas visando o combate ao racismo devem estar apoiados em pesquisas quantitativas e qualitativas que incorporem, em seu escopo, a perspectiva de gênero. Ou seja, as desigualdades resultantes das relações hierárquicas de gênero.

Considerando essas temáticas e todas as demais constantes no Plano de Ação de Durban, trabalho não falta. É hora de arregaçar as mangas e colocar a mão na massa.



A beleza de uma tarefa

A beleza de uma tarefa não pode ser diminuída pelo grau de dificuldade. Ao contrário, as dificuldades na sua realização devem torná-las ainda mais meceredora de sua distinção como bela.

O discurso do Ministro da Justiça, José Gregori na III Conferência Mundial Racismo Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância ousou comparar a luta por direitos como algo a se conquistar.

● A diversidade é uma marca da formação de meu País. O povo brasileiro tem origem em todos os continentes. Somos diversos, somos diferentes e, ainda assim, nos identificamos no projeto comum de construir uma sociedade mais justa. No entanto, o Brasil ainda sofre as conseqüências da desigualdade, cujas raízes se estendem às nossas origens coloniais, ao capítulo nefando da escravidão e às injustiças cometidas durante séculos contra os indígenas. A mesma diversidade que nos caracteriza e enriquece permite a percepção de que, no Brasil, a diferença existe não apenas nas cores, nos credos e nas opiniões, mas em termos de igualdade de direitos e oportunidades. A rigor, nossa democracia ainda está por completar-se; temos a consciência de que não atinge a todos os brasileiros. Essa desigualdade assume a forma de pobreza da evolução social e de subdesenvolvimento, mas também, em muitos aspectos, a forma da discriminação.

● Felizmente, a consolidação da democracia brasileira tem propiciado a discussão das questões que entravam o andamento desse pro-

Acalentar esta visão da luta por direitos requer não deixar esquecer análises, intenções e mudanças de opinião expressa em algumas palavras e discursos especiais. No Brasil, a história das mulheres, povos indígenas e afro-descendentes por direitos não pode dispensar essas declarações.

Assim o CNDM transcreve algumas passagens do discurso do Ministro como uma forma de não deixar esquecer o que é história:

jeto comum de construção social justa, abrangente e benéfica a todos. No X Relatório ao Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial, em 1995, o Governo brasileiro reconheceu que o racismo persistia num País que já pretendia democracia racial. Acreditamos que, ao admitir a existência do racismo e da discriminação, o Brasil deu o primeiro passo no caminho de sua superação.

Há muito o que fazer nesse sentido – e temos feito –, mas o Brasil ainda não é um país socialmente justo que queremos e merecemos ter.

● Meu País esteve ativamente engajado no processo de preparação deste nosso encontro.

Estivemos com os países americanos e caribenhos em Santiago e elaboramos um documento cujo equilíbrio e amplitude nos orgulham. A declaração e o plano de ação de Santiago cobrem, com pertinência, questões prioritárias para o desenvolvimento, nas Américas, de sociedades democráticas, socialmente inclusivas, como a situação dos afrodescendentes, dos povos indígenas, sem deixar de lado as vítimas de fatores múltiplos de



Ministro da Justiça José Gregori

discriminação por razão de gênero, orientação sexual ou deficiência física.

● Estamos aqui para que, a partir da diversidade, lutemos por um mundo que pratique a tolerância e não persiga ou faça sofrer ou trate com desigualdade as pessoas em razão das suas diferenças. Para essa luta permanente, a delegação brasileira traz uma lição de tolerância e de reconhecimento das diferenças que nos unem. Nelson Mandela nos lembra que “ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da pele, ou por sua origem. As pessoas aprendem a odiar e, se elas podem aprender a odiar, elas também podem aprender a amar, porque o amor é muito mais natural no coração humano que o ódio.” O malogro de nossas discussões em Durban seria uma derrota maior do que podemos imaginar. Além das diferenças que nos singularizam, existem a humanidade e a dignidade intrínseca que nos identifica a todos. Não se combate intolerância com mais intolerância. O exemplo, portanto, deve ser dado por nós. É essa a beleza de nossa tarefa.”



No céu, um arco-íris

Há pouco mais de um ano, junho de 2000, realizamos o primeiro processo de avaliação da Plataforma de Ação de Beijing. Vivíamos, então, o que denominamos Beijing+5. Naqueles momentos, entre um conjunto de temas polêmicos, incluía-se o respeito à livre orientação sexual como essencial à defesa dos direitos.

Infelizmente, ainda que tenhamos atravessado as madrugadas em busca do consenso sobre uma linguagem apropriada, não logramos resultado. Naquele momento, o Brasil, como delegação, não tinha posição a respeito do que significou, como atuação, não incluir-se no debate. Em Durban, o consenso sobre o tema também não logrou resultado efetivo, mas a atuação brasileira foi incomparável e significativamente distinta.

Coube, ao Brasil, a mais clara posição de defesa do direito à livre orientação sexual, sublinhando que as pessoas vítimas do racismo, discriminação racial, xenofobia em

muitos casos, também sofrem discriminação em decorrência da sua orientação sexual. Assim sendo, os Estados deveriam, em consulta às organizações não-governamentais competentes, desenvolver, implementar e aperfeiçoar políticas e programas específicos que atendessem efetivamente essas múltiplas

formas de discriminação.

No dia 6 de setembro, coube ao Ministro Tadeu Valadares, Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Tema Sociais do Ministério das Relações Exteriores, a defesa do parágrafo 68 com palavras tanto sensíveis e contundentes. O Ministro defendeu:

◆ A Delegação Brasileira está perfeitamente consciente de que esse parágrafo, que submetemos a esse grupo de trabalho é algo mais que um texto inovador, que pela primeira vez, propõe a análise de um tema sensível, como sempre são os temas relacionados aos direitos humanos e as ações para superá-lo.

◆ Este texto, na medida em que traduz uma ampla concepção de direitos humanos, é uma visão fundada em valores básicos para todos nós e que orientam as civilizações contemporâneas, como o valor da tolerância, a essencialidade do reconhecimento do outro e o mútuo respeito na aceitação da diversidade humana, centralidade da interação sem preconceito e a absoluta necessidade de, no mundo real em que vivemos, a de uma convivência cada vez mais civilizada na vida cotidiana.

◆ Assim, em seu sentido mais profundo, senhor presidente, esse parágrafo, apesar de sua concisão tem um conteúdo ilustrado, cosmopolita e aponta para a situação claramente insatisfatória do ponto de vista dos direitos humanos em que vive uma parcela da humanidade, distribuída por todos os países, presente em todas as sociedades, pertencentes a todas as civilizações.

◆ Este texto tem o mérito de sinalizar que um aspecto da realidade humana não deve e nem pode ser mais negado, que a materialidade dos fatos sociais e a progressiva evolução dos costumes devem predominar sobre as formulações inflexíveis de todos os tipos.

Os aplausos de representantes das ONGs envoltos em lenços nas cores do arco-íris só nos faz pensar que, sobre este assunto, algo de fato mudou entre o caminho trilhado entre Nova Iorque (Beijing+5) e Durban (III Conferência Mundial contra o Racismo). Apesar de ainda não termos um consenso dignamente apropriado sobre o assunto, a luta continua e a vitória é certa.

**Em Durban,
coube ao Brasil
a mais clara po-
sição de defesa
do direito à li-
vre orientação
sexual**

*Textos produzidos pela prof^a. de Relações Internacionais da Universidade Estácio de Sá/RJ, historiadora, membro da AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras) e Conselheira do CNDM.

wsantanna@uol.com.br



Um breve olhar sobre a III Conferência Mundial contra o Racismo

Na condição de conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher integrei a Delegação Oficial do Brasil para a III Conferência Mundial contra o Racismo. Participei do Fórum de ONG's, no qual estava inscrita pela Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, organização em nome da qual sou conselheira do CNDM. Há um mundo de vivências, aprendizados e experiências compartilhadas, tanto na Conferência Oficial quanto no Fórum de ONG's...O que considero mais marcante é o fato de que, embora seja o esperado, é um choque constatar que a "cara oficial do mundo" (os governos) é racista, machista e intolerante, muito mais do que imaginamos.

É importante registrar o equívoco da mídia, a brasileira inclusive, de alardear que "a Conferência foi um fracasso" (para quem "cara pálida"?!), porque os EUA, como de costume, "fugiu da raia".

Relembrando, os EUA não participaram das duas Conferências anteriores, ocorridas em Genebra (1978-1983), que foram eventos basicamente focalizados no apartheid, à época vigente na África do Sul. Todavia, hoje podemos afirmar, que a solidariedade da ONU e de inúmeros povos à luta contra o apartheid foi vitoriosa, apesar dos EUA ter se recusado a integrá-la. As inúmeras tentativas, comprovadas, dos EUA de sabotar a luta anti-racista não têm dado certo e o fato de que consideram que o racismo e a xenofobia vigentes na "América" são "questões internas" e não aceitam que nenhum país discuta e opine suas mazelas,

é uma atitude contraditória com a retórica que os EUA é "O farol" das liberdades democráticas.

Durante as preparatórias da III Conferência Mundial contra o Racismo há um setor que apareceu com grande visibilidade política em âmbito mundial, inclusive no Brasil. Refiro-me à descendência da di-

Foto: Jaciara Aires



áspora africana no mundo: afro-descendentes que, inegavelmente, foram à Durban, viram participaram e venceram. Acumulamos vitórias desde as primeiras discussões preparatórias. E ainda ficamos com uma bandeira política legitimada em âmbito mundial: as reparações, com certeza uma caminhada que durará, minimamente mais um século. Chegaremos lá!

A III Conferência foi um acontecimento político de vulto, por vários motivos, dentre eles a visibilidade conquistada pela luta anti racista; o reconhecimento pelo Sistema Nações

***Maria de Fátima O. Ferreira**

Unidas que o racismo é um fenômeno mundial que impede a cidadania de parcela expressiva da humanidade, os ditos "não-brancos" em geral; que impede a humanidade de se beneficiar da contribuição plena de todos os seus membros e resulta em entraves ao pleno desenvolvimento humano e da humanidade, o que tem causado danos incomensuráveis à sociedade e portanto urge ser combatido. O segundo, é que o Sistema Nações Unidas explicita que compreendeu que o marco dos direitos humanos e as medidas humanitárias universalistas tão somente visando o combate às mazelas da opressão de classe, são insuficientes para combater o racismo. Uma Conferência Mundial específica sobre o racismo, as formas conexas de intolerância e as suas decorências, ainda que, de modo tímido e vacilante, tem lá a sua importância, considerando-se a conjuntura política mundial adversa ao exercício dos direitos humanos. Como bem diz o documento - Nós, Mulheres Negras - da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras rumo à III Conferência Mundial contra o Racismo: "A ONU é um centro de poder composto pelos mesmos governos que, historicamente e cotidianamente, têm "lavado as mãos" para questões como sexismo, racismo, xenofobia e demais formas de intolerância e exploração de classe". Ou seja não podemos nos iludir. Mas, lutar é preciso e a luta continua.

*Médica, membro da Rede Nacional Feminista de Saúde e Conselheira do CNDM
fatimao@medicina.ufmg.br



Esperança

***Irani Barbosa dos Santos |**

As discussões em relação às mulheres em Durban (África do Sul) foi muito boa. Elas foram e levaram suas mensagens, de angústia, desespero, tristeza, fome, violência, estupro e de paz.

Éramos de todas as cores e lugares, com um único objetivo: lutar contra a desigualdade social, o preconceito e a discriminação entre os seres humanos.

Fatos que machucam muito, que doem na pele, no sangue e no fundo da alma.

Para nós indígenas, o reconhecimento como POVO é de suma importância. Não queremos ser chamados apenas de populações ou de minorias étnicas, mas de POVO, pelas implicações sociais, políticas e jurídicas que nos cercam. Assim queremos manifestar o interesse em conduzir um projeto histórico particular para nossa cultura.

Quero que o governo execute todos os planos que foram definidos nesta Conferência, porque assim podemos mudar a vida das crianças, jovens e adultos de nosso País. Nós os povos indígenas, não estamos fora desta discussão. Queremos que nossos direitos sejam cumpridos e respeitados. Quando falamos de direitos estamos falando de vida. E essa vida é cultura, meio ambiente, terra, água, peixe, caça, medicina tradicional, religião, educação e a língua materna de cada povo.

Estamos somando forças para acabar com todas as desigualdades e sempre na esperança de encontrar a PAZ.

*Membro da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima – OMIR – e Conselheira do CNDM omir@technet.com.br



A Conselheira do CNDM, a índia Irani Barbosa participa da Conferência na África do Sul



Nós, os povos indígenas, queremos que nossos direitos sejam cumpridos e respeitados. Quando falamos de direitos estamos falando de vida.



As ONGs na Conferência Mundial Contra o Racismo

* Maria Aparecida de Laia



Jaciara Aires

Em Durban, o processo de tomada de decisões da Conferência Mundial Contra o Racismo proporcionou, não apenas aos Estados soberanos e às organizações internacionais o poder de estabelecer as orientações a serem seguidas. Coube também às ONGs, entidades representativas dos diversos segmentos da sociedade civil, um papel importante em relação às atividades da Conferência.

No período que antecedeu a realização da Conferência, teve lugar o Fórum Mundial de ONGs, oportunidade na qual seis mil delegados, duas mil organizações não governamentais e quarenta e quatro CAUCUS (coali-

ções de ONGs reunidas por áreas de interesse ou por regiões continentais) puderam deliberar e apresentar propostas a serem acolhidas na Conferência de Durban.

Às ONGs foram reservados, em Durban, variados painéis de debates, possibilitando que muitos grupos minoritários, cujas reivindicações nunca haviam sido ouvidas, expressassem suas dores e alertassem sobre a importância de sua luta. Dessa forma, comunidades indígenas e tribais, minorias étnicas, raciais, religiosas, e muitos indivíduos e grupos de pessoas que ao redor do globo sofreram e continuam a sofrer discriminação, ti-

veram a oportunidade de quebrar barreiras e clamar por justiça.

A sustentação teórica para a eliminação do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e de outras formas de intolerância, a partir de agora, encontra raros focos de divergência. No entanto, é necessário que um longo caminho seja percorrido para que a igualdade entre as pessoas do mundo realmente prevaleça.

*Presidenta do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, e Conselheira do CNDM.
cecfsp@hotmail.com



Conferência Mundial Contra o Racismo em Durban

Fotos: Jaciara Aires



Foto: Irani Barbosa

